

INFORMECIDADÃO

Jornal Semanal da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso - Ano 3 - Edição 102



**Livro resgata
a história
do Poder
Legislativo**

Histórias do Legislativo

**no olhar de
Demóstenes
Milhomem**



**Assembleia Legislativa
do Estado de Mato Grosso**

Mesa Diretora 2011/2014
(XVII Legislatura)

Romaldo Júnior - (PMDB)
Presidente

Mauro Savi - (PR)
1º Secretário

Antonio Azambuja - (PP)
1º Vice-Presidente

Dilmar Dal'Osco - (DEM)
2º Vice-Presidente

Luiz Marinho - (PTB)
2º Secretário

Airton Português - (PSD)
3º Secretário

Demais deputados
(XVII Legislatura)

Adalto de Freitas - (SDD)

Alexandre Cesar - (PT)

Baiano Filho - (PMDB)

Carlos Avalone - (PSDB)

Deucimar Silva - (PP)

Emanuel Pinheiro - (PR)

Hermínio J. Barreto - (PR)

José Riva - (PSD)

José Domingos Fraga - (PSD)

João Malheiros - (PR)

Márcio Pandolfi - (PDT)

Neldo Weirch Egon - (PR)

Pedro Satélite - (PSD)

Sebastião Rezende - (PR)

Teté Bezerra - (PMDB)

Wagner Ramos - (PR)

Walter Rabello - (PSD)

Zeca Viana - (PDT)

Licenciado

Ademir Brunetto - (PT)

Ezequiel Fonseca - (PP)

Guilherme Maluf - (PSDB)

Luciane Bezerra - (PSB)

Ondanir Bortolini - (PR)

Secretarias da Assembleia Legislativa
de Mato Grosso

Luís Márcio Pommot
Secretaria Geral

Djalma Ermenegildo
Secretaria de Administração e
Patrimônio

Maurício Munhoz
Secretaria de Serviços Legislativos

José Evangelista dos Santos
Secretaria de Planejamento,
Orçamento e Finanças

Carlos Roberto Lourençon
Secretaria de Gestão de Pessoas

Anderson Flavio De Godoi
Procurador Geral

Fabio Monteiro
Ouvidor Geral

Osmar de Carvalho
Secretaria de Comunicação

Jornal Informe Cidadão

Márcia Andreola - (DRT 647/MT)
Coordenadora de Jornalismo

Álvaro Marinho - (MTb 6457/RS)
Editor

Fabício Rodrigues (DRT 446/MT)
Gerente de Fotografia

Andrey Romeu
Direção de Arte

Índia Nara
Diagramação

Editorial

Informe Cidadão desta semana traz como matéria de capa o lançamento do livro "Histórias do Legislativo - no olhar do repórter fotográfico Demóstenes Milhomem". A obra, com quase 100 fotografias, registra momentos de diversas legislaturas, como também as sedes do Parlamento estadual, desde a primeira, na rua Pedro Celestino, no centro da Capital, como a atual, no centro Político Administrativo. O livro registra ainda a participação de políticos nacionais em visita ao Estado.

O lançamento foi na terça-feira, dois de junho, no saguão da Galeria dos Deputados, no Poder Legislativo. O evento foi prestigiado por deputados, ex-parlamentares, políticos de alguns municípios de Mato Grosso, profissionais da comunicação e servidores da Assembleia Legislativa.

Esta edição traz também matérias sobre trabalhos apresentados pelos deputados no Plenário do Poder Legislativo, como em atividades e ações desenvolvidas nos variados cantos do Estado. Nas indicações ao Governo de Mato Grosso e nos projetos de lei, principalmente, os deputados discutem e propõem, por exemplo, por meio de obras, reformas de escolas e hospitais, regularização fundiária, pavimentação de estradas e agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados em Mato Grosso.

O jornal divulga ainda a vistoria da Comissão de Infraestrutura Urbana e Transportes (CiuT) da Assembleia Legislativa as trincheiras Jurumirim-Trabalhadores e Santa Rosa, na Capital, que fazem parte das obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) 2014.

Foto da Semana

Foto - Fabício Rodrigues

Noite de lua - Cuiabá MT



Fabício Rodrigues

Poder Legislativo começa a analisar a LDO 2015



Foto - Fablício Rodrigues

Elzis Carvalho

A Lei de Diretriz Orçamentária (LDO/2015) encaminhada à Assembleia Legislativa prevê para a Lei Orçamentária Anual (LOA/2015) receita e despesa estimadas em R\$ 13.407.893.495,04 bilhões. A projeção de crescimento orçamentário é de 2,59%, se comparado ao de 2014, que ficou em R\$ 13.070.011.692,00 bilhões. É a LDO que define as metas e prioridades da administração estadual para o ano seguinte, onde, via Poder Executivo, inicia-se o processo de planejamento orçamentário seguinte. Os parlamentares têm até 17 de julho para votá-la. Antes da votação, o Poder Legislativo não pode entrar em recesso.

De acordo com a Mensagem do Executivo, as diretrizes estão em sintonia com os cenários político, econômico e social. Para a elaboração da LDO são avaliados os riscos fiscais que o pla-

nejamento está sujeito. Esses riscos vão além dos problemas regionais, e podem também estar relacionados a fatores exógenos e as volatilidades da economia internacional.

Na programação da despesa está proibida, por exemplo, a fixação de despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e sem que estejam legalmente instituídas as unidades executoras. A LDO autoriza a retenção de até 30% das receitas vinculadas e diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades do governo para o pagamento da dívida pública do Estado, de despesa de pessoal e encargos sociais e demais despesas essenciais e obrigatórias do Poder Executivo.

Dados – A previsão para o serviço da dívida pública interna e externa da administração direta e indireta para o triênio 2015 a 2017 foi elaborada pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) e observa os critérios de pagamento

definidos vem como os instrumentos contratuais, tais como data de vencimento, sistema de amortização, encargos e outros encargos. Em 2013, por exemplo, o Estado desembolsou R\$ 642,8 milhões com o serviço da dívida, sendo R\$ 353,0 milhões com amortização e R\$ 289,0 milhões com juros e encargos.

O valor projetado para o serviço da dívida em 2013 foi de R\$ 821,8 milhões, sendo executados R\$ 642,8 milhões, ou 22% abaixo da previsão. Nesse mesmo ano, a dívida pública consolidada totalizou R\$ 5,65 bilhões, enquanto que a dívida consolidada líquida, após as deduções do ativo disponível e dos haveres financeiros – menos restos a pagar processados – atingiu R\$ 3,35 bilhões, valor maior que o saldo de R\$ 2,71 bilhões registrados no mesmo ano de 2012. Ao término do terceiro quadrimestre de 2013, a receita corrente líquida foi de R\$ 9,70 bilhões.

Rezende viabiliza reforma e ampliação de escola estadual



Foto - Fablicio Rodrigues

Após uma luta de mais de 10 anos, o deputado Sebastião Rezende (PR) conseguiu viabilizar a reforma e ampliação da Escola Estadual Santa Elvira, no município de Juscimeira. As obras tiveram início em fevereiro deste ano e estão orçadas em R\$ 1.956 milhão.

No começo, devido à falta de regularização fundiária das áreas do Distrito de Santa Elvira, o Governo do Estado argumentava que não tinha como proceder investimentos no imóvel da escola. Diante disso, a partir de 2006, Rezende explica que começou a trabalhar

em prol dessa regularização fundiária urbana. Inclusive, uma audiência pública, no ano de 2008, foi feita para discutir a questão com a comunidade.

Com a regularização fundiária dos imóveis do distrito, quase todos moradores já receberam o título de posse. Rezende conseguiu ainda os recursos junto ao Governo do Estado para realizar o pagamento da área ocupada pela Escola Estadual Santa Elvira. A partir de então, o parlamentar começou a cobrar os procedimentos necessários para o início da

reforma por parte da Secretaria de Estado de Educação (Seduc).

Na semana passada, Rezende visitou o andamento das obras de reforma geral e ampliação, que inclui troca do telhado e da instalação elétrica. Também foi assegurado um posto de transformação para viabilizar a instalação dos aparelhos de ar-condicionado. Ele destaca que a reforma na escola era o sonho da população do Distrito de Santa Elvira, que vai proporcionar mais conforto e melhores condições de aprendizado aos alunos.

Teté promove a integração entre UFMT e Governo do Estado



Foto - Fablício Rodrigues

Maricelle Lima Vieira

Convidada para ser a interlocutora entre a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e o Governo do Estado, a deputada Teté Bezerra (PMDB) foi a mediadora da primeira reunião que tem por objetivo promover uma proposta de cooperação técnica para a formação de alunos de Pedagogia e Psicologia.

O encontro ocorreu, na semana passada, na Sala das Comissões da Casa de Leis, com a presença de representantes da UFMT, por meio do Instituto de Educação, da Escola de Saúde Pública, Secretaria de Ciência e Tecnologia (Secitec), Secretaria de Segurança Pública (Sesp) e Secretaria de Educação do Estado (Seduc).

A deputada avaliou o primeiro encontro para debater o assunto como satisfatório, pois

todos os convidados estiveram presentes, ou mandaram representantes, o que mostra o interesse de ambos na necessidade de uma integração que possa fortalecer a parceria. “Foi estimulada em ser interlocutora por acreditar que precisamos fomentar as relações institucionais e promover o programa de formação sistêmica entre a instituição de ensino federal e o governo do estado”, disse Teté.

Para o professor do Instituto de Educação da UFMT, Silas Monteiro, a primeira reunião é um exemplo que o grupo está no caminho certo e que precisa ser fortalecido. “O nosso objetivo, por exemplo, é ver um pedagogo trabalhando em um hospital ou presídio. Por quê não?”, indagou o professor. Para ele, é emergencial a mudança das diretrizes curriculares em várias áreas e começar pela saúde e segurança pú-

blica é um caminho a seguir. “Precisamos ver o estado com uma nova concepção e como espaços alternativos de trabalho, mas, para que isso ocorra, precisamos articular e envolver as entidades responsáveis”, disse Silas.

Preparação – A responsável pela Escola de Saúde Pública do Estado, Marta Bumlai, disse que o termo de cooperação entre as entidades envolvidas precisam ser bem trabalhadas e cita o ensino a distância como uma fórmula que deu certo. “Estamos no caminho certo, e precisamos estabelecer diretrizes e competências entre os envolvidos, além de muita discussão para colocar na prática”, finalizou Marta Bumlai.

O representante da Secitec, Adriano Breuning, disse que a está aberto a parceria e se colocou a disposição no que for necessário.

Zeca Viana pede informação sobre gastos da Unemat



Foto - Fablicio Rodrigues

Jonas da Silva

O governo Silval Barbosa (PMDB) e a direção da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) precisam esclarecer o gasto anual médio por aluno da instituição e o que foi investido em 2013 pela instituição de ensino em material didático e na estrutura física e pedagógica. As informações foram solicitadas pelo deputado Zeca Viana (PDT) junto ao governador e à universidade, em requerimento de informações aprovado pelo Plenário da Assembleia Legislativa, na semana passada.

“As denúncias são de que nós temos um dos alunos mais caros do Brasil”, cobrou da tribuna. “Queremos ver se os recursos estão sendo bem aplicados”, completou após apresentar o requerimento.

A Unemat tem 800 professores efetivos e cerca de 1.200 contratos, ou temporários, e uma comunidade de aproximadamente 20 mil alunos espalhados por 13 campi. As unidades mais recentes são de Diamantino e Nova Mutum, incorporadas da iniciativa privada pelo governo estadual.

Além dessa estrutura, a universidade tem oito a 10 núcleos de cursos em outras cidades que não são sede da universidade. A Unemat tem alguns cursos que são mais caros do que outros, como os de Medicina, Enfermagem, Direito e Agronomia.

O orçamento anual da instituição previsto em 2013 era de R\$ 195 milhões, equivalente a 2,0% da receita corrente líquida (diferença entre a receita tributária e de outras fontes e as transferências feitas a municípios e outras de-

duções legais).

O conceito contábil depende, entre outros fatores, do volume de arrecadação estadual variável de um período. Impactam na arrecadação e consequente receita, neste caso, as isenções fiscais feitas pelo governo. Para este ano a previsão é de um orçamento de 2,1% da receita corrente líquida.

A emenda constitucional número 66, aprovada pela Assembleia Legislativa ano passado, estabeleceu critérios de ampliação do orçamento da Unemat, de 0,1% para os próximos anos e prevê um orçamento de 2,5% da receita corrente líquida ou R\$ 500 milhões para o ano de 2018.

Fiscalização e transparência – Na semana passada, Zeca Viana já havia solicitado, também em requerimento aprovado pelos deputados estaduais, informações para o governador Silval Barbosa e para o secretário de Transporte e Pavimentação Urbana (Setpu), Cínésio Nunes de Oliveria, sobre obras e gastos do MT Integrado, programa de asfaltamento no interior de 44 municípios do Estado, cujo valor de investimento soma R\$ 1,5 bilhão.

O recurso foi aprovado pelo legislativo no ano passado dentro do pacote do Executivo para obras da Copa do Mundo, que terá quatro jogos do mundial, com estreia no dia 13 de junho, entre Austrália e Chile.

Quando apresentou o requerimento de informações sobre o MT Integrado, o deputado voltou a pedir que os demais deputados exerçam o papel de fiscalizarem o Palácio Paiaguás e os secretários.

O deputado Zeca Viana tem apontado falhas na gestão de Silval e seus secretários. Principalmente sobre empréstimos para as obras da Copa do Mundo e atuação do atual secretário Maurício Guimarães, da Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa), e do ex-presidente da então agência da Copa (Agecopa), Eder Moraes.

Azambuja propõe Utilidade Pública para entidade cultural de Barra do Bugres



Foto - Widson Maradona

Vania Costa

O vice-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Antonio Azambuja (PP), apresentou em plenário projeto de lei que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural Barrense (ACB), com sede no município de Barra do Bugres.

“Com essa medida aprovada a entidade

poderá ampliar o importante trabalho social, levando esperança para um maior número de pessoas”, justificou.

Antonio Azambuja explicou que a finalidade da proposta é dar condições efetivas para a instituição continuar a promover ações educativas e culturais, obtendo ainda mais autonomia e maior visibilidade para conquistar apoio. O título habilita ainda a instituição a

buscar recursos na esfera estadual e federal.

“O caráter cultural do grupo que beneficia muitas pessoas é autenticado por qualidade e comprometimento. Com isso, cabe a nós condecorar esse trabalho para que, com as vantagens legais, possam usufruir de todos os seus direitos ajudando o próximo”, disse o parlamentar.

De acordo com o deputado, a ACB tem por finalidade atividade educacional de adultos e adolescentes, apoiando e promovendo toda e qualquer atividade filantrópica relacionada com a promoção humana. O legislador explica ainda que a entidade desperta as comunidades para ações educativas, culturais, assistenciais e de preservação ambiental.

O dirigente da associação, Francisco das Chagas Abreu, esclarece que a entidade não governamental está legalizada desde o ano de 1994 e sobrevive através de doações e ajuda de profissionais voluntários. Chagas explicou ainda que a ACB visa formular processos de mudanças de hábitos na população, no intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade através do desenvolvimento de tecnologias de alimentos, saúde, habitação e de artefatos de argila confeccionados pelos próprios alunos.

Azambuja disse que a promulgação dessa lei é importante porque faz justo reconhecimento à entidade que faz um belo trabalho em Barra do Bugres. O professor Chagas disse que a população está feliz pela atenção do deputado Antonio Azambuja, que demonstrou o carinho especial que tem por Barra Bugres. “É um parlamentar que se colocou à nossa disposição e merece todo o reconhecimento pelo seu trabalho”, parabenizou Chagas.

Número de casos de violência nas escolas reduz na Capital



Foto - Demóstenes Milhomem

Alline Marques

Crimes de ameaça, furtos, roubos, lesão corporal, perturbação do trabalho e ainda o constrangimento ilegal são os principais casos registrados de violência dentro das escolas. Neste primeiro quadrimestre de 2014 foram registradas 202 ocorrências nas escolas e universidades de Cuiabá, tanto pública quanto privada. Apesar do número de casos ainda ser alto, houve uma redução de 33% no número de ocorrências se comparado ao mesmo período do ano passado.

Os dados apresentados são da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) e foram apresentados pelo delegado Gênison Brito Alves Lima, coordenador da Polícia Comunitária da Polícia Civil. Ele participou da audiência pública para debater a violência nas escolas. O evento ocorreu, na semana passada, na Assembleia Legislativa.

A audiência foi requerida pelo deputado Alexandre César (PT) e contou com a participação da secretária de Estado de Educação

(Seduc), Rosa Neide Sandes, além de funcionários da secretaria, diretores de escolas, representantes da comunidade escolar, como pais e membros de conselhos, professores e alunos.

O programa Paz na Escola foi criado pela Seduc, em 2011, e desde então tem buscado a parceria com a Secretaria de Segurança para garantir a tranquilidade nas escolas. Várias ações foram desenvolvidas por meio dessa aliança, como os programas De Bem Com a Vida, que trata sobre os riscos da bebida alcoólica na vida do adolescente, além do De Cara Limpa Contra as Drogas, que realiza ações preventivas e de orientação. Existe ainda o Rede Cidadã e o Rede Digital pela Paz que estimula os jovens a criar histórias em quadrinho falando sobre drogas e outros problemas comuns na juventude.

O deputado Alexandre César destacou que o debate na audiência reforçou a importância do fortalecimento das parcerias e através desse amplo diálogo será possível que a Assembleia Legislativa busque cumprir com o papel de fiscalizar e cobrar resultados. Além disso,

deverá ainda encaminhar requerimentos e indicações de acordo com as demandas da audiência.

Diversas sugestões foram trazidas para a reunião, dentre elas, a preocupação com o tratamento de adolescentes com hiperatividade, além da questão do aliciamento dos jovens para a droga e importância da participação da família dentro da escola.

Caso de sucesso – Um exemplo de sucesso é o caso da Escola Dom José do Despraiado, localizada atrás da Rodoviária de Cuiabá, local onde o tráfico de drogas é intenso e concentra um número alto de jovens usuários de entorpecente moradores de rua. A diretora Ivonete Ferreira de Souza Silva relata que assumiu a escola no ano passado e conseguiu implantar um projeto feito com por meio de parcerias em que conseguiu zerar o número de conflitos e ocorrências dentro da escola.

A unidade escolar concentra um número de quase 500 alunos na faixa etária de sete a 14 anos. Logo na primeira reunião, Ivonete conseguiu reunir 188 pessoas com o mesmo obje-

tivo de dar mais segurança à escola, que antes era constantemente invadida pelos usuários. Hoje, além da redução da violência, ainda garante que alunos possam usar a quadra da escola aos fins de semana sob a condição de não usar drogas e nem ingerir bebidas alcoólicas.

Ivonete conta hoje com uma rede de parceiros bastante ampliada que vai desde a aliança com a Polícia Militar, que garante a segurança do local, como com médicos, posto de saúde do bairro, Universidade de Cuiabá (Unic) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), igrejas e Caixa Econômica Federal (CEF). Esses profissionais envolvidos vão à escola ministrar palestras, orientar pais e alunos. O próximo passo agora será a criação da Associação de Pais e Mestres da escola.

“A parceria é a palavra central para resolução dos problemas e queremos buscar uma parceria entre o Poder Legislativo e a paz nas escolas”, afirmou o deputado.

Violência de fora para dentro – A promoção da paz nas escolas é uma política que vem sendo adotada pelo Governo do Estado, mas a sociedade acaba indo de contra mão ao programa. O secretário adjunto de Gestão de Pessoas da Seduc, Edilson Pedro Spenthof, destacou o levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que revela que 35% dos homens ainda acham normal agredir uma mulher. Ele destaca ainda como a mídia nacional também estimula a violência e até mesmo o linchamento. Para o secretário, isto torna o trabalho mais difícil, mesmo assim ele destaca os avanços conquistados.

A professora Enelinda Scala, que assumiu a coordenação do programa, destacou a necessidade de ampliar as ações nas escolas do interior. Mato Grosso possui mais de 700 unidades escolares e tem uma rede com 450 mil alunos, sendo quase 100 mil entre Cuiabá e Várzea Grande. Enelinda ressalta a necessidade de o

programa ser mais do que uma política de governo. A professora gostaria que tornasse uma ação de Estado e permanente.

Alexandre César também destacou a banalização da violência na televisão, mas ressaltou que, apesar dos fatores sociais oponentes, Mato Grosso está no caminho correto e os números mostram esta evolução de redução da violência nas escolas. Para melhorar ainda mais, o parlamentar destaca a necessidade de estreitar ainda mais os laços entre as instituições responsáveis por garantir não só o acesso à educação, mas também a formação de cidadãos de paz.

A secretária Rosa Neide ressaltou que o governo tem duas metas: a primeira garantir que os jovens estejam na escola e a segunda de que aprendam. Para ela, a garantia do aprendizado passa por oferecer ao aluno um ambiente tranquilo e de paz para o ensino.



Empresas do Fórum de Responsabilidade Social terão mais tempo para entregar balanços



Foto - Fablício Rodrigues

Márcia Martins

O balanço social das empresas que praticam ações sociais no Estado deverá ser entregue na Assembleia Legislativa até o dia 29 de agosto. A decisão foi estabelecida, na semana passada, durante reunião realizada por representantes do Fórum de Responsabilidade Social da Casa e membros da Comissão Mista de Responsabilidade Social, formada por organizações governamentais

e não governamentais do Estado de Mato Grosso.

O edital da Assembleia Legislativa exige que as empresas participantes comprovem por meio de balanço social, projetos que realizam para ajudar os menos favorecidos e à preservação do meio ambiente. Washington Braga, membro do fórum, disse que neste ano será realizada a 9ª edição do Certificado de Responsabilidade Social.

“No ano passado, trinta e nove receberam

o certificado. Nossa meta na edição deste ano é aumentar o número de empresas participantes. A representante da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de MT (BPW), Sueli Batista, explica que neste ano, excepcionalmente, o prazo para as empresas entregarem os balanços foi estendido.

“Isso está ocorrendo por conta de ser ano de Copa do Mundo. Então, resolvemos dar um pouco mais de tempo para as empresas preparem os balanços”, completa Batista.

Arteiras do Cerrado expõem na sede do Poder Legislativo



Foto - Fablício Rodrigues

Sid Carneiro

A exposição “Arteiras do Cerrado”, aberta, na semana passada, no saguão principal da Assembleia Legislativa, reuniu 17 profissionais de cooperativas de Mato Grosso com o objetivo de promover a cultura e melhoria de renda de várias famílias. Os trabalhos, que incluem do artesanato à gastronomia, ficaram expostos durante

uma semana.

De acordo com Isis Catarina Brandão, do Instituto Memória, o Poder Legislativo tem parceria com diversos segmentos da cultura regional para promover a divulgação dos trabalhos artesanais, literários, gastronômicos, entre outros, por entender que o espaço contribui para a melhoria da renda dos profissionais. Além disso, existe a ampliação do conhecimento e intercâmbio

cultural dos profissionais com o público, que adquire os produtos.

“O legislativo promove o talento e contribui para a melhoria da renda familiar desses profissionais que nos procuram para promoverem os produtos”, disse Isis. Ela avalia que a parceria com as cooperativas, ou associações, é uma forma do Parlamento estadual permitir o aprimoramento, renda e auto-estima dos envolvidos.

Foto - Fablício Rodrigues



Comissão do MT Prev deve con



Alline Marques

A Comissão Especial da Assembleia Legislativa que discute a implantação do sistema único de previdência em Mato Grosso, MT Prev, se reuniu, na semana passada, e pretende concluir os trabalhos nos próximos 15 dias. Os representantes de Poderes, de instituições constitucionais autônomas e dos sindicatos terão até esta semana para apresentar as sugestões para o texto do substitutivo que será apresentado pela Comissão Especial, com relatoria do deputado Alexandre César (PT).

Após a conclusão do substitutivo, a comissão irá apresentá-lo ao Colégio de Líderes e encaminhar o projeto para a Mesa Diretora, que deverá colocar em pauta para discussão, emendas e votação.

O Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) emitido pelo Ministério da Previdência vence no dia 12 de julho. Caso o MT Prev não

seja criado dentro do prazo, o governo poderá ficar inadimplente, e, com isso, impossibilitado de realizar e executar convênios com o governo Federal.

Os requerimentos apresentados pelo Fórum Sindical foram rejeitados por unanimidade pela comissão especial. O relator destaca que na primeira reunião já havia sido decidido que o projeto seria discutido artigo por artigo para garantir entendimento naquilo que houvesse consenso. Os pontos divergentes seriam colocados em destaques para apreciação dos deputados.

Além disso, Alexandre César ressaltou ainda que a comissão ampliou o debate realizando audiência pública e chamando todos os representantes de Poderes e instituições autônomas, além dos sindicatos e associações representativas dos servidores, para participar do grupo de trabalho.

O Fórum Sindical tem participado de todas

as reuniões da comissão desde o início do debate. Alexandre destacou ainda que o Poder Executivo encaminhou o projeto no fim do ano passado e queria a aprovação ainda naquele período sem ampliar a discussão, o que a Assembleia Legislativa não acatou. O debate tem sido realizado há seis meses e somente na penúltima reunião o Fórum Sindical apresentou requerimento solicitando mais informações sobre os elementos componentes da discussão, dos fundos voltados para garantia do Funprev.

Representação – Os sindicalistas queriam ainda realização de novas audiências públicas setoriais, com cada um dos segmentos do Poder Público, além de debate com especialistas e técnicos que pudessem tratar deste tema. Eles também informaram ter levado à Procuradoria Geral do Estado (PGE) uma solicitação para que o Estado ingressasse na justiça para poder prorrogar o prazo de 12 de julho, data

concluir relatório em duas semanas



Foto - Mauricio Barbant

em que vence certificado de regularidade previdenciária.

“Uma vez não renovado pode levar o estado à inadimplência e, com isso, não executar mais convênios com recursos da União e outros atos e repasses que são essenciais não só para o funcionamento da máquina pública, mas para o exercício das atividades e políticas públicas no estado. Levamos o tema à comissão, sou apenas o relator e não tenho prerrogativa de decidir, e a comissão por unanimidade decidiu que o debate tem sido realizado de forma produtiva, foi muito amplo, já fizemos audiência pública para tratar deste assunto e o grupo de trabalho é representativo não só pelo Fórum Sindical, mas também por outras categorias que não fazem parte do Fórum, e todos tiveram espaço para poderem vir manifestar. Os poderes, as instituições constitucionais autônomas, todos participaram desse processo de discussão e trouxeram sugestões. A comissão

entendeu que esse debate precisa caminhar e ser concluído”, explicou o relator.

O deputado lembra ainda que a discussão não se encerra com a conclusão do relatório, já que o projeto será debatido pelos 24 deputados em plenário e pode ainda sofrer emendas por parte dos parlamentares, caso entendam necessário. O relator ressalta ainda que os pontos de negociação colocados pelo Fórum Sindical são legítimos, mas não podem ser colocados como condição para aprovação do projeto.

Prazo – “Não podemos postergar essa discussão, e temos que concluir os trabalhos. Por isso a comissão resolveu apontar o prazo para recolher todas as sugestões e vamos preparar o substitutivo que será apresentado na comissão. Também serão destacados e apresentados aos deputados os pontos de convergência e divergência para que eventuais emendas possam ser apresentadas dentro deste contex-

to e obviamente a decisão será tomada pelo conjunto de deputados. É preciso deixar muito claro que não há por parte da comissão nenhum tipo de arbitrariedade e nenhuma tentativa de atropelar, muito pelo contrário. Nosso prazo era o final do ano passado e nós fizemos essa discussão por seis meses, e estamos maduros para enfrentar e decidir este processo legislativo”, afirmou.

Quanto a composição do conselho administrativo do MT Prev, Alexandre César explica que os representantes dos poderes já se manifestaram sobre o assunto e entendem que a proposta apresentada pelo Poder Executivo é a mais adequada. O Conselho de Administração deverá ter nove membros e ser formado pelos chefes de poderes e instituições e três servidores. No entanto, o fórum quer que sejam seis servidores.

Projeto de lei prevê multa para som alto em transporte coletivo



Foto - Mauricio Barbant

Sid Carneiro

Quem for pego ouvindo som em alto volume nos transportes intermunicipais pagará multa de 10 Unidades Padrão Fiscal (UPF/MT). A sanção é para usuários que portarem aparelhos sonoros que atinjam a audição dos demais passageiros, exceto com a utilização com fones de ouvido. A iniciativa é do deputado José Domingos Fraga (PSD) e propõe a aplicação da multa aos usuários e empresários que explorem o serviço de transporte coletivo intermunicipal, podendo o valor ser dobrado em caso de reincidência.

No projeto de lei está previsto a fixação de uma placa informativa no interior dos coletivos, como ônibus, micro-ônibus, vans, lanchas, barcos, navios, balsas e similares,

trem, metrô, (Bus Rapid Transit) BRT's, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT's) e outros proibindo a utilização de tocadores de música em formato digital, como telefones celulares, ipod, tablet, notebook, netbook, rádio, MP3, MP4, minicaixas de som portátil, pendrive acoplado a mini caixas de som e similares.

“É obrigatória a fixação de, no mínimo, dois cartazes informativos da proibição abrangida pela presente lei, com indicação do número e data da mesma, em locais de boa e fácil visibilidade sendo obrigatoriamente, próximo à entrada principal do veículo”, alertou o deputado.

Caso os infratores se neguem a observar tal recomendação, será pedida a intervenção policial para que se tome as providências cabíveis. Os responsáveis pelo descumprimento

da lei ficarão sujeitos às seguintes penalidades: advertência, quando da primeira autuação da infração; multa, quando da segunda autuação da infração.

“Hoje, passageiros e motoristas são obrigados a ouvir músicas em barulho acima do recomendado por médicos e associações médicas de todo país. Situação essa que compromete, em longo prazo, o sistema auditivo dos cidadãos, usuários do sistema de transporte coletivo em nosso Estado”, argumentou o parlamentar.

O valor da UPF/MT é referência da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz), usada para corrigir impostos, taxas e contribuições. Neste mês, a UPF/MT está em R\$ 108,80, conforme portaria da Sefaz 126, de 2014, caput do artigo 3º.

Vereadores de Tabaporã buscam pavimentação de rodovias



Foto - Maurício Barbant

Kleverson Souza

Quatro vereadores do município de Tabaporã (650 km de Cuiabá) participaram de reunião, na semana passada, com o deputado José Riva (PSD) para buscar a pavimentação asfáltica de 130 km das MTs-220 e 328, de Sinop até Juara.

Os parlamentares também solicitaram a intermediação de Riva junto ao Governo do

Estado para a reestruturação da ponte do Rio Macaco, no município. "Nosso município conta com mais de dez mil habitantes e as nossas principais reivindicações são de melhorias estruturais na infraestrutura, e, por isso, pedimos o apoio do deputado para garantir melhorias no escoamento da produção e da qualidade de vida da nossa população", argumentou o presidente da Câmara Municipal de Tabaporã, Valdecir Streg, o "Jacaré" (PR).

De acordo com a vereadora Ana Maria Alves de Oliveira (PSD), a pavimentação dos 130 km é fundamental para o desenvolvimento da região. "Essa é a nossa principal demanda e pedimos o apoio do deputado Riva para a realização da obra, que garante melhorias para a nossa população", disse.

Também participaram do encontro, os vereadores Alcides Fernandes de Oliveira (PTB) e Vanderlei Candido da Silva (PR).

Dilmar requer melhorias para Aripuanã e Pontal do Araguaia



Foto - Fablício Rodrigues

Thaiza Assunção

O deputado Dilmar Dal'Bosco (DEM) apresentou, na Assembleia Legislativa, seis indicações ao governador do Estado, Silval Barbosa (PMDB), que beneficiam os municípios de Aripuanã (1.291 km de Cuiabá) e Pontal do Araguaia (508 km de Cuiabá). Para Aripuanã, o parlamentar solicitou a construção de um Comando da Polícia Militar, um ginásio de esporte no bairro Jardim Planalto e duas quadras poliesportivas na Etnia Arara. As reivindicações, conforme Dal'Bosco, são dos vereadores municipais.

O deputado democrata afirmou que a construção do Comando da Polícia Militar também é um anseio antigo da população, tendo em vista, a crescente onda de violência na cidade.

“Não podemos fechar os olhos para a situação vivida pelos moradores de Aripuanã. Espero que o governo cumpra com a construção do comando da polícia o quanto antes, pois segurança é um direito que todo cidadão tem e não podemos deixar que continuem a mercê da bandidagem”, afirmou Dal'Bosco.

Já para Pontal do Araguaia a solicitação é de um caminhão de lixo, uma máquina perfuradora para a perfuração de poços artesianos e a

construção de tanques para a criação de peixes nos Assentamentos Sol e Brilhante.

Esta última, segundo Dilmar, visa atender os pequenos produtores das comunidades rurais que se encontram em precárias condições financeiras por falta de mecanismos que possibilitem a diversificação da produção e aumento da renda.

“O governo precisa ter mais compromisso com os pequenos agricultores de Mato Grosso, tendo em vista que a maioria é carente, oriundos da reforma agrária e não possuem recursos financeiros para a execução desses serviços”, pontuou o deputado democrata.

Emanuel viabiliza recursos para fomento da apicultura



Foto - Mauricio Barbant

Thiago Itacaramby

O deputado Emanuel Pinheiro (PR) viabilizou recursos na ordem de R\$ 290 mil para o fomento da apicultura na baixada cuiabana (Vale do Rio Cuiabá). No total, cerca de 300 famílias serão beneficiadas. O dinheiro será repassado via Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (Sicme).

“É preciso ações integradas que visam o desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana de Cuiabá, por meio de políticas

públicas eficientes. Já passou da hora de construirmos uma cadeia produtiva para estimular a produção agrícola da baixada cuiabana, e, com isso, gerar emprego e renda para milhares de famílias”, pontuou o parlamentar.

Pinheiro esteve reunido recentemente com produtores de mel onde estímulos foram tratados a fim de incentivar a produção no Estado de Mato Grosso. O encontro contou com a presença do secretário Alan Zanatta, que fez uma explanação econômica do Estado.

Na semana passada, o parlamentar partici-

pou de reunião no Sindicato Rural de Cuiabá com demais representantes do setor, para discutir a criação de um Plano de Desenvolvimento para a Agricultura Familiar na baixada cuiabana. O objetivo é firmar um acordo de gestão de ações integradas, através de um termo de cooperação de execução. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 3.433 famílias vivem na zona rural. Dessas, 1.600 vivem em situação de extrema pobreza.

Lei de Barreto institui Comenda MT Sustentável



Foto - Fablício Rodrigues

Itimara Figueiredo

Referência no agronegócio por contribuir significativamente com a economia do país, Mato Grosso cresce em média 10% ao ano e depende de políticas públicas para continuar a produção com foco na preservação do meio ambiente. Para isso, o Governo do Estado sancionou mais uma importante ferramenta para incentivar a preservação, através da Lei 10.087, de 2014, que institui a Comenda Mato Grosso Sustentável.

Objetivo é valorizar as pessoas físicas e jurídicas que contribuam com o estado produzindo

de forma sustentável. De acordo com o líder do Governo na Casa de Leis, deputado Hermínio J. Barreto (PR), autor da nova lei, a comenda será concedida anualmente pela Assembleia Legislativa às personalidades que se destaquem por ações voltadas à preservação do meio ambiente e fomenta o desenvolvimento sustentável.

A lei determina que cada deputado poderá conceder cinco indicações por ano. A escolha dos homenageados será feita a partir de relatório emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema) e também por Organizações não Governamentais (ONGs).

O parlamentar explica que a iniciativa surgiu

a partir da preocupação com o aumento do índice do desmatamento da Floresta Amazônica, especialmente, em Mato Grosso.

“Mesmo tendo uma legislação específica não logramos êxito no cumprimento. Isso decorre, principalmente, do caráter de comando e controle dessa legislação, do alto custo operacional e da baixa efetividade. Por isso, é necessário adotar mecanismos econômicos para a gestão ambiental como fazem os países mais desenvolvidos. Não apenas para coibir as ações e atividades lesivas ao meio ambiente, mas também para premiar os que contribuem em defesa do meio ambiente”, garante Barreto.

Baiano garante parque de exposições e equipamentos para setor produtivo



Foto - Fablício Rodrigues

Naiara Martins

O deputado Baiano Filho (PMDB) intermediou, na semana passada, em Brasília (DF), uma série de reivindicações dos prefeitos do norte Araguaia ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller. Entre as principais demandas, o ministro garantiu a formalização de convênio com as Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Vila Rica no valor de R\$ 1,5 milhão e um R\$ 1 milhão, respectivamente, para as obras de

construção do parque de exposição nos referidos municípios.

Ainda na pauta, Baiano garantiu o repasse de R\$ 1 milhão para aquisição de duas retroescavadeiras (PC) visando o fomento da agricultura familiar e o atendimento aproximado de 20 mil pequenos produtores. O convênio será formalizado com os Consórcios Municipais de Alto Boa Vista e Vila Rica recebendo cada um R\$ 500 mil.

“As famílias querem e têm aptidão para a piscicultura e nossa obrigação é buscar con-

dições para garantir que se tornem auto-sustentáveis”, comemorou Baiano Filho.

Também participaram da audiência o senador Aparecido dos Santos, e os prefeitos de Confresa, Gaspar Lazzari; de Vila Rica, Luciano Alencar; de Porto Alegre do Norte, Emival de Freitas; a prefeita de São José do Xingu, Raquel Campos; o prefeito de Canabrava do Norte, Valdez Viana, de Alto Boa Vista, Leuzipe Domingues; de Serra Nova Dourada, Edson Ogatha, e de São Felix do Araguaia, José Antônio de Almeida.

Projeto de lei prevê alteração no fundo da bovinocultura



Foto - Fablício Rodrigues

José Luis Laranja

Tramita na Assembleia Legislativa projeto de lei, de autoria das lideranças partidárias, que altera o parágrafo 2º do artigo 14-D da Lei 7.263, de 27 de março de 2000, modificada pela Lei 9.285, de 22 de dezembro de 2009.

Conforme a proposta, a legislação, caso alterada, passará a vigorar com a seguinte redação:

“O Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte (Fabov) será administrado por um Conselho Gestor, presidido por um dos membros titulares eleito bienalmente, que será o diretor-executivo. O objetivo do projeto visa restabelecer a composição original do Conselho Gestor, descrito na Lei do Fundo Estadual de Transporte e Habitação 7263, de 2000, que criou o Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte.

Segundo a proposta, o Governo do Estado entende que ser necessário a composição de um conselho gestor visando dar sustentabilidade às ações ligadas à bovinocultura de corte no Estado de Mato Grosso, juntamente com as entidades representativas do setor ao instituir o Fundo de Apoio à Bovinocultura de Corte (Fabov), estando o mesmo em consonância com a política de desenvolvimento do Estado.

Pandolfi cobra atitude sobre suspeita de caso da vaca louca em MT



Foto - Ronaldo Mazza

Marianna Marimon

O deputado Márcio Pandolfi (PDT) apresentou requerimento na Assembleia Legislativa para que seja apurada a fundo a suspeita de caso de vaca louca nas carnes bovinas do Estado, que já resultaram em embargos de países para a exportação. O parlamentar defende que o governo precisa reforçar as fronteiras e atuar com um trabalho preventivo e de fiscalização para que Mato Grosso não tenha outros problemas na área da pecuária.

Conforme Pandolfi, o Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea) deve atuar em conjunto com a vigilância sanitária em um trabalho preventivo para que seja solucionada a questão.

“É preciso que haja conscientização e fiscalização nas fronteiras de Mato Grosso que tem uma enorme área junto a outros países, e é fácil que gado contaminado passe para o lado do nosso estado. Temos vacinação todos

os anos, mas há vulnerabilidade com as fronteiras”, destacou.

O parlamentar sugere ao governo que sejam colocadas equipes em campo com fiscais e veterinários equipados para que façam a fiscalização dos municípios que possuem fronteira com outros países.

“Com uma suspeita já tivemos embargo de vários países e se confirmar o caso? Imagine o prejuízo que Mato Grosso terá para os pecuaristas e frigoríficos. São cidades inteiras que dependem da economia, cujo entorno realiza essas atividades. Estamos na iminência de uma crise econômica, pois uma suspeita causou esse estrago e para resolver é simples, é preciso equipes em campo”, ressaltou.

Reforço – Além de Pandolfi, o deputado Zeca Viana (PDT) afirmou que também irá endossar a bandeira para a fiscalização das fronteiras e lutar para que seja resolvida essa suspeita de caso de vaca louca, antes que os prejuízos se acentuem para o Estado.

“É preciso que haja rigor na fiscalização sanitária animal no Estado, e é lamentável que Mato Grosso seja prejudicado no setor pecuária pela falta de fiscalização do governo”, apontou Viana.

Em março deste ano um animal de 12 anos foi abatido devido a suspeita de encefalopatia espongiiforme bovina, conhecida como ‘doença da vaca louca’. Todos os animais que tiveram contato com o mesmo também foram abatidos.

Peru, Irã e Egito já anunciaram embargos à exportação da carne bovina, e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) está em missão para dissuadir a crise. O governo brasileiro também irá participar da reunião da Organização de Saúde Mundial Animal (OIE) em Paris, na França, entre os dias 25 e 30 de maio, onde irá atuar fortemente para disseminar as dúvidas quanto a qualidade da carne brasileira.

Deputados vistoriam obras de trincheiras



Foto - Widson Maradona

Itimara Figueiredo

Os deputados Sebastião Rezende (PR), presidente da Comissão de Infraestrutura Urbana e Transportes (Ciut) da Assembleia Legislativa, e Pedro Satélite (PSD) vistoriaram, na semana passada, as trincheiras Jurumirim-Trabalhadores e Santa Rosa acompanhados do secretário adjunto da Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa), Alyson Sander, e receberam a informação da liberação parcial das trincheiras.

A Secopa entregou as vias marginais das duas trincheiras, e as duas rotatórias Jurumirim e Trabalhadores, no trecho que compreende a entrada dos bairros Jardim Leblon e

Bosque da Saúde.

“Solicitamos a notificação enviada pela Secopa às empresas que devem remover as interferências, como postes e adutora, para cobrar o atendimento desse serviço, que pode provocar novos atrasos, como aconteceram antes, causando transtorno à população. Exigimos pelo menos condição de trafegabilidade na Avenida Miguel Sutil”, assinalou Rezende, ao confirmar que a fiscalização segue após o mundial. Na quinta-feira, cinco de junho, a vistoria da Ciut foi realizada, no período da tarde, nas obras da Salgadeira, em Cuiabá, um dos pontos turísticos entre a Capital e Chapada dos Guimarães.

Trabalho – “Nosso dever é fiscalizar e vamos continuar cobrando para que as obras entregues sejam de qualidade”, afirmou o deputado Satélite. Para ele, o surgimento de interferências nas obras deve servir de alerta aos gestores municipais, mostrando a importância de investir em saneamento básico para evitar problemas no futuro, como ocorre Cuiabá onde não houve planejamento.

Na Trincheira Jurumirim, considerada a maior, o avanço das obras ainda depende da remoção de imóveis para o alargamento da pista, que, segundo o gerente do Consórcio Sobelltar, Luiz Mello, o processo indenizatório já está em fase de conclusão. Também guar-

da a execução dos serviços da concessionária de água – CAB Cuiabá, para a correção de vazamento na rede de esgoto no local.

A conclusão da “Trincheirona” está prevista para o final do próximo mês. Até lá, o consórcio, formado pelas empresas Sobrenco, de São Paulo, Ellenco, de Sorocaba e Tardelli, de Itapetininga, deverá providenciar o acabamento e correção na obra que apresenta infiltrações no muro de arrimo. Orçada em R\$ 46,6 milhões, novos aditivos serão aprovados nos próximos dias, a essa trincheira que tem 92,7% executados.

“Diversos fatores contribuíram para o atraso nessa obra, como a elaboração de projetos, repasses do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) e chuvas. Existe um processo com 550 páginas que esclarece os problemas que ocasionaram o atraso”, explicou Mello, sobre a Trincheira Jurumirim-

-Trabalhadores.

Autarquia – Acompanhando a vistoria, o engenheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), André Schuring, disse que há frustração em relação ao cumprimento dos cronogramas e acabamento das obras. Segundo ele, o Estado perde a oportunidade de executar os projetos com a alta tecnologia existente.

“Visualmente, o acabamento de algumas obras não atende as expectativas. Isso frustra porque todos os países que sediaram uma copa do mundo mostraram a capacidade com a execução de obras imponentes”, questionou Schuring, ao garantir que mesmo assim não colocam em risco a segurança da população.

Já na Trincheira Santa Rosa, que sofreu atrasos em detrimento à demora na remoção de adutora, serviço executado pela CAB Cuiabá, 65% já foram concluídos. Contudo, nova fren-

te de trabalho surgiu com o aparecimento de mais uma adutora de água que não estava prevista no projeto.

Agora, segundo o engenheiro da obra, Jamir Sampaio, 120 homens trabalham para entregar os serviços parcialmente até o mundial. Disse que a Secopa fará nova avaliação para anunciar novo prazo de conclusão, enquanto aguarda a remoção da adutora, que não deve comprometer o serviço. Rede de esgoto clandestina também prejudica a execução dos trabalhos no bairro considerado de alto padrão.

A pavimentação das duas marginais deverá ser feita no início da próxima semana, já que a delegação da Fifa será hospedada no hotel localizado bem em frente da Trincheira Santa Rosa, principal via de acesso à Arena Pantanal. O engenheiro do Dnit, Lúcio Pinheiro, acompanhou a vistoria.



Neldo reivindica aquisição de patrulha mecanizada para Canarana



Foto - Fablício Rodrigues

Fabiana Gil

Com intuito de atender os produtores rurais do Distrito de Serra Dourada, o deputado Neldo Weirich (PR) apresentou indicação em sessão plenária, na semana passada, com a urgente necessidade de firmação de convênio do Governo Federal com a Prefeitura de Canarana para a aquisição de patrulha mecanizada para o município.

O pedido baseia-se na reivindicação dos produtores rurais de Paranaíta, que entendem que um convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(Mapa) conseguirá viabilizar a patrulha mecanizada para atender a demanda de produção agrícola dos pequenos produtores rurais do Distrito de Serra Dourada em Canarana.

O município é composto por um grande número de produtores rurais que sobrevivem exclusivamente da agricultura familiar em pequeno pedaço de terra. O Distrito de Serra Dourada é hoje um importante polo na produção e abastecimento de gêneros agrícolas para toda região do médio Araguaia.

Segundo o parlamentar, Canarana vem se destacando na produção agrícola e essa pa-

trulha mecanizada será um grande incentivo para os produtores locais. “Acredito que o agronegócio está se expandindo cada vez mais no interior do Mato Grosso, e entendo que com a ajuda em esfera federal esse potencial só tem a aumentar”, comemorou.

Por isso, vale lembrar do compromisso dos governos federal e estadual em dar atenção a esses agricultores, disponibilizando políticas públicas e apoio para que tenham qualidade e quantidade na produção, melhoria da qualidade de vida e os meios para continuarem residindo e laborando na sua propriedade.

Romoaldo alerta para os perigos de agrotóxicos em alimentos



Foto - Demóstenes Milhomem

Sid Carneiro

Um projeto de lei prevê a obrigatoriedade de indicação expressa sobre o uso de agrotóxicos nos produtos alimentares comercializados em Mato Grosso, em formas de apresentação natural, processada parcialmente, ou industrializada. A orientação é válida para comércios de varejo, atacado e indústria, ficando dispensados os restaurantes e estabelecimentos similares.

No projeto, em tramitação no Legislativo, de autoria do presidente da Assembleia Legislativa, Romoaldo Júnior (PMDB), os produtos agrotóxicos deverão constar o termo “produzido com agrotóxico” anotado no rótulo da embalagem, para produtos proces-

sados parcialmente, ou industrializados. A orientação estará nas caixas de acondicionamento, ou exposição, para produtos comercializados na forma natural, no atacado, ou a granel. Os empresários e produtores terão o prazo de 12 meses para procederem aos ajustes necessários na cadeia produtiva para o fiel cumprimento desta lei.

“A orientação é um avanço na conquista de direitos essenciais: o de se alimentar de forma saudável e com conhecimento sobre aquilo que se está ingerindo”, argumentou Romoaldo Júnior.

De acordo com o parlamentar, o projeto de lei mostra a convicção de atender as demandas da sociedade, que tem no parlamento, a força de afirmação da cidadania e construção

de relações equilibradas e democráticas. Em relação ao tema do consumo é importante fazer cumprir a legislação e reforçar com novas ações de proteção ao consumidor, uma vez que, o Brasil está incluindo milhões de pessoas à cidadania e ao mercado com novas oportunidades de trabalho, aumento da renda e acesso ao consumo de bens e serviços. A

“A garantia da alimentação saudável tem sido cada vez mais uma busca da sociedade brasileira. A ciência médica e nutricional evoluiu cada vez mais, comprovando que a saúde humana está diretamente relacionada aos hábitos alimentares. Portanto, o alimento pode ser fonte de saúde ou de doença”, justificou o deputado.

Convênio garante construção de unidade dos bombeiros no Distrito Industrial de Cuiabá



Foto - Widson Maradona

Disney de Paula

Um convênio que garante a construção da Unidade do Corpo de Bombeiros Militar no Distrito Industrial de Cuiabá (DIC) foi assinado, na semana passada, atendendo a antigo pleito dos empresários locais. Preocupado com a segurança dos trabalhadores e das empresas, o deputado Pedro Satélite (PSD) fez gestão junto ao Governo do Estado para que fosse feito o aporte financeiro necessário para a obra. A unidade será construída através de uma Parceria Público Privada (PPP), em uma área de cinco mil metros quadrados, localizada as margens da BR-364, região sul da Capi-

tal, e deve ficar pronta ainda este ano.

O terreno foi cedido pela Secretaria de Estado de Indústria, Comércio, Minas e Energia (Sicme), que irá aportar ainda R\$ 400 mil para a construção do prédio, e a Associação das Empresas do Distrito Industrial de Cuiabá (AEDIC) vai entrar com mais R\$ 400 mil. Já a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) irá disponibilizar veículos, equipamentos e pessoal.

“A presença do Corpo de Bombeiros no distrito é uma forma de fazer jus a um setor que gera mais de dez mil empregos diretos e responde por cerca de trinta por cento da arrecadação do estado, o que corresponde a quatro bilhões de reais por ano”, frisou Satélite.

O presidente da AEDIC, Domingos Kennedy, justifica a necessidade da instalação do Corpo de Bombeiros como forma de dar tranquilidade aos empresários.

“Existem hoje mais de duzentas empresas instaladas no distrito industrial, e dessas cerca de trinta por cento são de transformação, que trabalham com produtos altamente inflamáveis. A nossa preocupação é ter uma resposta rápida em casos de incêndios, evitando mortes e prejuízos como já aconteceu no passado”. Além do Distrito Industrial a unidade vai atender ainda bairros vizinhos, o maior deles é o Pedra 90.

Lei obriga governo a criar listagem de detentos foragidos



Foto - Widson Maradona

Elzis Carvalho

A proposta, que cria a listagem de detentos foragidos e procurados do Sistema Prisional de Mato Grosso, virou lei ao ser sancionada pelo governador Silval Barbosa (PMDB). A norma é de autoria do deputado Walter Rabello (PSD). A lista, de acordo com a lei, será elaborada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Nela será incluída os nomes, apelidos e imagens de todos os detentos que não

retornaram à prisão após indulto de quaisquer espécies.

De acordo com a lei, a relação de detentos foragidos será pública e disponibilizada na página eletrônica da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJDH). Deve ser atualizada, no mínimo, uma vez a cada mês, devendo constar a data da última atualização na própria listagem. Nos casos de os detentos não retornarem do indulto, a SEJDH deve, além de incluí-los na lista, publicar os dados

dos detentos na imprensa local, onde está localizada a instituição prisional, bem como de seu município de residência, quando no Mato Grosso.

A lei define ainda que para os detentos foragidos, após indulto e residentes em outros Estados, será expedido comunicado ao Estado de origem do detento informando sobre a situação do foragido do Sistema Prisional de Mato Grosso e da inclusão do nome na lista de foragidos.

Savi apoia luta por delegacia especializada em roubos de cargas



Foto - Mario Friedlander

Márcia Raquel

A luta antiga do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado de Mato Grosso (Sindmat) para que o Estado crie uma Delegacia Especializada em Roubos e Furtos de Cargas ganhou um apoiador. O primeiro-secretário da Assembleia Legislativa, deputado Mauro Savi (PR), garantiu que vai fazer gestão junto ao Chefe do Executivo para que o desmembramento ocorra o mais rápido possível. Além disso, o parlamentar apresentou um projeto de lei que visa punir até mesmo com a cassação do cadastro do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das empresas que comercializarem produtos oriundos de cargas roubadas.

A declaração do parlamentar foi feita durante a abertura do Workshop de Segurança – Combate ao Crime de Roubo de Carga, realizado pelo Sindmat, na semana passada. De acordo com Mauro Savi, essa é uma questão preocupante porque os números referentes a roubos e furtos de cargas têm aumentado em todo o

Estado. “É uma preocupação nossa e das pessoas que estão aqui trabalhando, carregando nossos produtos, transportando, aliás, por lugares ruins até para andar, mas estão levando nossos produtos nos destinos”, ressaltou.

O primeiro-secretário da Assembleia reforçou que um Estado campeão na produção de grãos tem que ter um respeito maior pelas pessoas que fazem o transporte dessa produção e que, para isso, é preciso agir em várias frentes. “Uma delas é a questão da interceptação das cargas roubadas. A pessoa não rouba pelo simples fato de roubar, e faz porque tem onde entregar. Por isso apresentamos esse projeto de lei que com certeza vai inibir o receptor de receber essa mercadoria e, com isso, começa a diminuir os crimes”, observou.

De acordo com o projeto de lei apresentado, mesmo não sendo receptor, pelo simples fato de comercializar mercadoria roubada, a empresa pode sofrer as sanções da lei, que vão desde a cassação do cadastro de contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, até a imposição de multa.

Sobre a criação de uma Delegacia Especializada, o parlamentar afirmou que nos próximos dias se reunirá com o governador Silval Barbosa (PMDB) e com a Polícia Civil para tratar sobre o assunto. “Tenho certeza que, com isso, vai acontecer um acompanhamento e controle maior de entrada e saída dessas mercadorias”, frisou Mauro Savi.

Situação – O presidente do Sindmat, Elleus Vieira de Amorim, destacou que as transportadoras têm sido invadidas por quadrilhas armadas, com alto grau de violência, e que nas rodovias tem sido constatado um crescente número desses crimes que trazem um prejuízo muito grande, não só material, mas principalmente humano.

Por isso, segundo o dirigente sindical, o apoio do deputado nessa luta será fundamental. “Sabemos que a parceria do deputado Mauro Savi não é de agora, e com certeza não nos faltará em mais esse pleito”, afirmou.

AL aprova benefício às famílias de dependentes químicos



Foto - Mauricio Barbant

Itimara Figueiredo

A Assembleia Legislativa aprovou em 1ª votação o Projeto de Lei 369, de 2013, para beneficiar as famílias que assumirem as despesas de tratamento de dependentes químicos. Terão direito àquelas com renda familiar de até dois salários mínimos. Essa iniciativa, de autoria do deputado Luiz Marinho (PTB), será instituída por meio do cartão rompendo limites pela vida.

Através desse cartão, a família receberá a concessão do auxílio financeiro, em caráter temporário, durante nove meses consecutivos, para ajudar no custeio das despesas do

tratamento do ente usuário de álcool ou outras drogas, que aceitar a internação em clínica especializada e credenciada pelo Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Conen), bem como à complementação de outras despesas do paciente.

Será permitida nova concessão do benefício após dois anos do último auxílio recebido. Ou sob a autorização do Conen, desde que acompanhada da recomendação de uma junta médica da rede pública de saúde.

O projeto prevê também que nos casos excepcionais, mediante recomendação expressa e fundamentada da unidade municipal de atendimento na residência do usuário, o bene-

fício poderá ser deferido à família com renda superior ao estipulado. A ajuda de custo será de R\$ 35,00 por dia de internação. Sendo que 10% do benefício poderão ser utilizados às despesas oriundas das visitas ao usuário internado.

O benefício deverá ser pleiteado junto à unidade municipal com relatório de médico conforme a lei que ateste a dependência química e recomende a internação.

“A proposta é manter em tratamento os usuários de produtos químicos, dando condições às famílias de apoiá-los com o auxílio financeiro e garantir a recuperação do ente querido”, justifica Luiz Marinho.

Lei de licença maternidade já atingiu mais de duas mil servidoras de MT



Foto - Divulgação

Cristina cavaleiro

A Lei da licença maternidade, que estendeu de quatro para seis meses o período de afastamento remunerado da servidora pública que for mãe, já beneficiou mais de duas mil funcionárias contratadas pelo Governo de Mato Grosso, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Administração (SAD). De autoria do deputado Airton Português (PSD), a lei entrou em vigor em setembro de 2008.

“As servidoras beneficiadas têm mais tempo

para o aleitamento e a oportunidade de cultivar maior vínculo com os filhos”, disse Português. Com a sanção da legislação, Mato Grosso foi o 11º Estado a ser contemplado com o benefício. Três meses depois, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou decreto semelhante estendendo o benefício às servidoras federais.

Mãe pela primeira vez, a servidora da Secretaria de Estado e Educação (Seduc), Maildes Lorença explica que a iniciativa do deputado Airton Português foi um benefício fundamen-

tal para as mães que precisam ficar perto dos filhos recém-nascidos, principalmente no período de amamentação, acreditando que essa norma beneficiará muito mais servidoras do estado.

“Não só vantagem para a minha filha, que receberá meu carinho durante esse período, mas também para os parentes que vêm de longe me visitar. Meus pais moram em Barão de Melgaço, graças aos seis meses de licença poderão ficar mais tempo comigo curtindo a neta”, disse a servidora.

Carlos Avalone protesta contra caos na saúde



Foto - Widson Maradona

Cacá Barros

O deputado Carlos Avalone (PSDB) registrou em plenário indignação com a situação do setor de saúde e lamentou por Mato Grosso ser, mais uma vez, destaque negativo em noticiário nacional. Ele destacou que a reportagem veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo, sobre um estudo realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para traçar um diagnóstico sobre a qualidade no atendimento de saúde no Brasil, corresponde a realidade de penúria que vive a saúde no país.

O deputado tucano explica que recebe diariamente denúncias sobre o abandono da saúde, o sucateamento dos hospitais, falta de médicos, medicamentos e exames de alta complexidade. Ele cita como exemplo a situação que vive a população de Nova Bandeirantes. “Lá, eles têm apenas um médico no hospital, então recorrem ao hospital de Alta Floresta na esperança de atendimento e encontram a mesma situação de penúria”. No resto do país a situação dos hospitais públicos não é diferente.

A maioria ou está com infra-estrutura sucateada, ou tem equipamentos, mas não tem mão-de-

obra. Avalone destaca que é inadmissível uma pessoa com aneurisma cerebral falecer por falta de uma cirurgia, como foi o caso de uma senhora, em Cuiabá. A paciente ficou 40 dias esperando, e nem mesmo uma liminar da justiça foi suficiente para salvar a vida. “Não podemos admitir que uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva), onde constantemente é necessário o atendimento emergencial, funcione sem médicos. Isso não é apenas negligência ou descaso, é crime. Sofrem os enfermos e sofrem as famílias, com perdas que nenhum dinheiro no mundo poderá reparar”.

Livro conta a história do Legislativo de MT

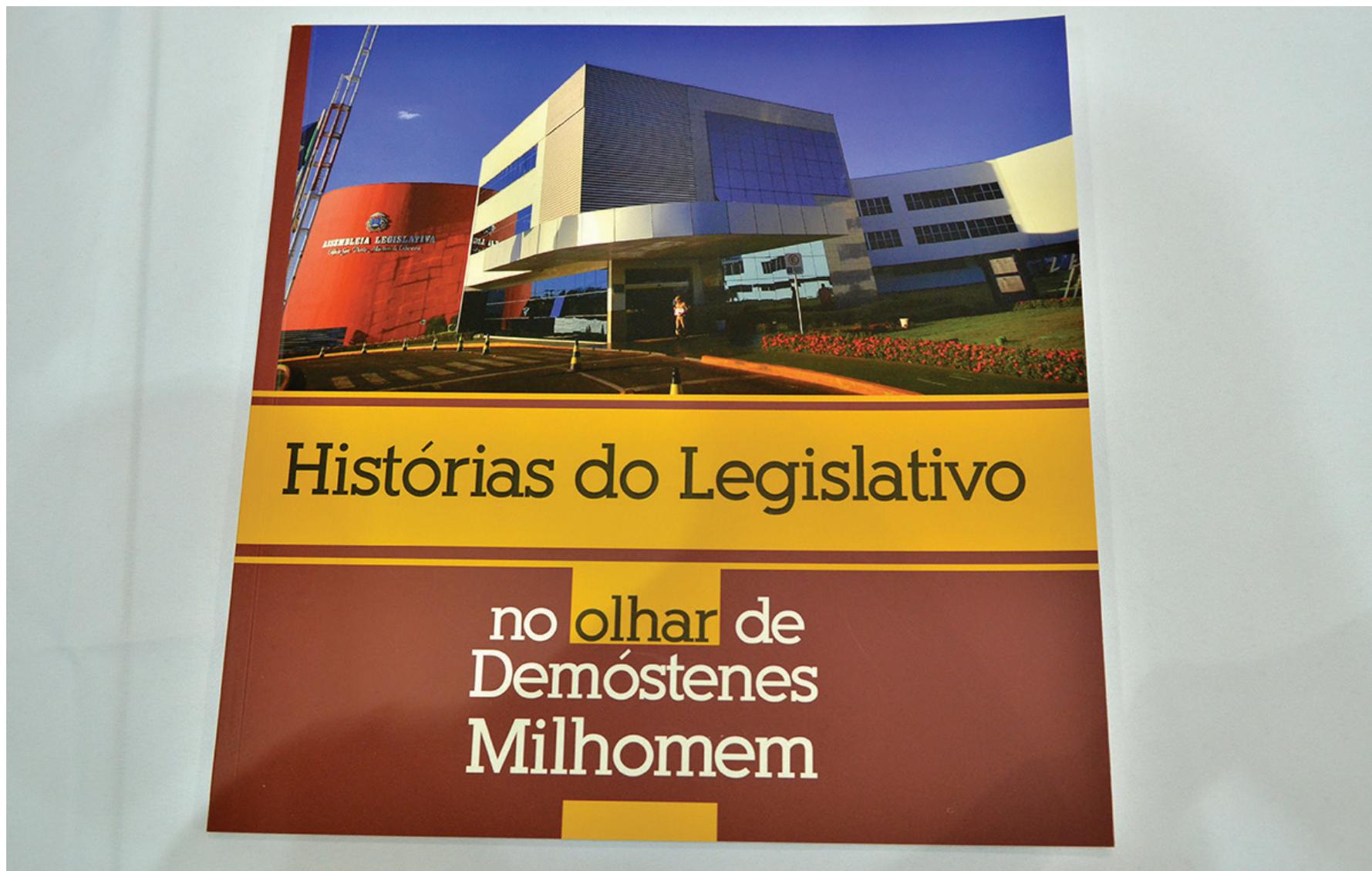


Foto - Mauricio Barbant

Sandra Santanna

O livro “Histórias do Legislativo”, no olhar do repórter fotográfico Demóstenes Milhomem, 62 anos, foi lançado, na terça-feira da semana passada, no saguão da Galeria dos Deputados, do Poder Legislativo. Parlamentares da atual legislatura e ex-deputados e servidores da Casa de Leis assistiram no telão fotos das ações e bastidores do Parlamento de mais 30 anos de história que podem ser conferidas no livro. O deputado José Riva (PSD) parabenizou o trabalho desenvolvido pelo fotógrafo.

“Vi com muita saudade alguns deputados que estão entre nós e alguns que já partiram.

Através do livro temos a oportunidade de immortalizar e manter viva a história do parlamento”, elogiou o deputado, e já sugeriu a continuação do trabalho com novas edições.

Demóstenes Milhomem, conhecido popularmente como Dema, trabalha na Assembleia há 33 anos. Apaixonado pela profissão, o repórter fotográfico atua desde a época em que as fotos eram registradas com filmes. No laboratório, os negativos eram revelados e as imagens impressas e arquivadas. Com o fechamento do laboratório, Dema, com medo de que as fotos oficiais se perdessem, guardou-as em local seguro. Ao ver o acervo com mais de 30 mil fotos e oito mil impressos

começou estudar formas de tornar o material público, acessível à população. Foi então que Dema alimentou o sonho de fazer um livro mostrando o olhar e há cerca de cinco anos a ideia começou a ganhar vida.

Após receber o aval da Mesa Diretora e o apoio do Instituto Memória da Assembleia Legislativa, Dema contou com o incentivo da família e do jornalista Sid Carneiro, que o ajudou no processo de pesquisa e nas entrevistas. Prestes a se aposentar, Dema revela a emoção ao eternizar os bastidores da política da Casa de Leis dessas três últimas décadas. “É a coroação do meu trabalho. Saber que esse material estará disponível para a população, que pude

contribuir com meu trabalho para manter viva a história do parlamento, não tem preço”, comemora.

O secretário de Comunicação do Poder Legislativo, Osmar Carvalho, parabenizou o profissionalismo de Dema e reforçou que, devido a quantidade de fotos registradas nessas três décadas, provavelmente outras edições devem ser feitas para catalogar a história do Legislativo. “O livro é muito importante para o nosso estado. Dema é um profissional exemplar que numa época onde ainda não existia o Instituto Memória resgatou parte da história do Legislativo que pode ser conferida no exemplar”, destacou o secretário.

Representante da Academia Mato-grossense de Letras, João Vicente Ferreira, disse que vê com olhos de historiador o material e lembrou que, embora “seja clichê”, a fotografia vale mais que mil palavras. “Vai ser distribuído para escolas e instituições, e a sociedade poderá conferir fatos e curiosidades inéditos”.

Curiosidades – O livro de 97 páginas mostra as quatro sedes da Assembleia Legislativa. A primeira, na antiga Rua 15 de Agosto, onde foi realizada a primeira sessão solene, em três de julho de 1835; a segunda sede foi na Getúlio Vargas, a terceira na Rua Barão de Melgaço, na Praça Moreira Cabral, atualmente onde funciona a Câmara Municipal de Cuiabá, e a quarta sede é onde está instalada hoje o Palácio Go-



Foto - Ronaldo Mazza

vernador Dante Martins de Oliveira, no Centro Político Administrativo.

No acervo apresentado, as mulheres recebem destaque. A enfermeira Olivia Enciso foi a primeira deputada eleita, no mandato de 1959 a 1963, na época responsável pela criação do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso (IPEMT) – hoje MT Saúde. A primeira deputada negra eleita foi Vilma Moreira.

A Sala da Mulher recebe destaque com as ações em prol da sociedade. O livro mostra ainda os deputados que foram governadores como Roberto Cruz, Wilmar Peres, Moisés Feltrin, Sérgio Ricardo, Dante de Oliveira, Humberto Bosaipo, Zeca D'Ávila, Márcio Lacerda e Silval Barbosa.

O ex-deputado e ex-governador Moisés Feltrin fez questão de participar da solenidade e parabenizar o autor do livro. “Sinto muito orgulho de ver a conclusão de um material tão importante como esse, que agora é da sociedade”, reforçou.

Também estiveram presentes na solenidade os deputados Sebastião Rezende, Emanuel Pinheiro e Hermínio J. Barreto, ambos do PR; Isis Catarina Brandão, do Instituto Memória, e o jornalista Weller Marcos, representando o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Perfil – Demóstines da Costa Milhomem, nasceu em Dom Aquino, em oito de janeiro de 1952. Iniciou a profissão aos 18 anos, como aprendiz. Casado e pai de duas filhas.

Foto - Maurício Barbant



AACC recebe prêmio da presidente do Brasil e agradece apoio da AL



Foto - Fabrício Rodrigues

José Luis Laranja

Os seminários de lançamento da 5ª edição do Prêmio Objetivo Desenvolvimento do Milênio Brasil (ODM) revelaram que a sociedade civil brasileira tem trabalhado ativamente para que o país alcance todas as metas do milênio. Ao todo foram realizados 33 eventos nas 27 capitais e em alguns municípios do interior do Brasil, no período de maio a agosto de 2013. Foram mais de sete mil lideranças sociais e políticas que se juntaram nesses encontros dispostos a debater as propostas expressas nos oito ODM.

Entre os cerca de mil projetos apresentados neste ano, a Associação dos Amigos das Crianças com Câncer (AACC) de Mato Grosso representou o Estado com o indicador “Educação Básica de Qualidade para Todos” e meritadamente foi contemplada com o título,

recebendo um troféu e uma placa das mãos da presidente da República, Dilma Rousseff.

“Esse prêmio representa um marco histórico para toda a equipe da AACC, pois valoriza ainda mais o trabalho dos funcionários e voluntários”, falou o vice-presidente da entidade, Benildes Firmo.

Conforme declarações do secretário executivo do núcleo estadual da ODM, professor Abílio Camilo Fernandes, o tema escolhido pela AACC garante que todas as crianças, de ambos os sexos, de todas as regiões do país, independente da cor, raça e sexo, terminem o ensino fundamental.

Incentivo – “Em 2004, a AACC criou o projeto “Mais Música, Mais Leitura, Mais Esperança” que oferece acompanhamento pedagógico a crianças e adolescentes em tratamento oncológico, como suporte à superação das dificuldades enfrentadas em razão da doença e suas

implicações na vida social”, afirmou Benildes. Na semana passada, o vice-presidente da AACC visitou o Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa e agradeceu o apoio que teve da equipe durante o seminário.

O Brasil criou o prêmio e nesta quinta edição Mato Grosso foi contemplado com três títulos. Benildes Firmo esclareceu ainda que a AACC trabalha para fortalecer o projeto com estratégia de trabalhar o lúcido, o pedagógico e o musical em complementação ao ensino escolar, com aulas das disciplinas da grade curricular na educação infantil, fundamental e médio.

“Entre os benefícios estão a possibilidade de continuidade dos estudos seguindo o cronograma escolar, o acesso a diferentes fontes de informação e artes, e a melhoria na qualidade de vida dos beneficiários”, explicou Firmo.

Wagner reforça pedido pelo fim das OSS



Foto - Maurício Barbant

Fernando Leal

Em mais uma tentativa de evitar a desestabilização total da Saúde em Mato Grosso, o deputado Wagner Ramos (PR) pediu ao governador Silval Barbosa (PMDB), da tribuna da Assembleia Legislativa, a exclusão das Organizações Sociais de Saúde (OSS) dos hospitais e dos órgãos administrados pelas empresas. O pedido será reforçado em audiência oficial entre deputados e Silval, a ser marcada, para apresentação de uma "agenda positiva" de ações de governo.

Wagner lembrou que, no início de julho do ano passado, representantes do Comitê de Defesa da Saúde Pública denunciaram que as organizações sociais recebiam repasses supe-

riores aos gastos na época em que os hospitais regionais eram administrados pelo Estado. Em um dos casos, no período de um ano, o repasse a uma das OSS foi oito vezes maior. A denúncia foi feita com base em tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na ocasião, a presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), Elza Queiroz, disse que a classe médica e todos os trabalhadores da saúde estavam em luto e que as "discrepâncias" acerca dos valores envolvidos eram grandes e deveriam ser investigadas pela Polícia Federal e o Ministério Público. Os repasses para as OSSs são feitos com dinheiro do Estado e da União, através do SUS. "Duas semanas depois, o então secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, admitiu que o governo tinha

repassado a administração de sete hospitais regionais para Organizações Sociais de Saúde e firmado contratos de gestão sem o conhecimento dos custos de operação de cada unidade", lembrou Wagner.

Ainda no dia 12 de julho do ano passado, Mauri Rodrigues já havia declarado que a Secretaria de Estado de Saúde (SES) desconhecia o custo real de cada OSS. No início de abril, Silval afirmou ter desistido de alterar o formato da gestão da saúde e que iria continuar fazendo ajustes no setor. A administração pelas Organizações Sociais de Saúde foi implantada em 2011, após o então deputado federal Pedro Henry (PP) ter assumido a Secretaria de Estado de Saúde.

Parlamento apoia VIII Jogos Indígenas do Parecis



Foto - Fabrício Rodrigues

Samuel Levy

Campo Novo dos Parecis sediou, na semana passada, o VIII Festival de Cultura e Jogos Indígenas. Os eventos ocorreram no Estádio Ari Tomazelli e no Campo Central Society, palco das disputas entre os atletas. O evento contou com atividades esportivas, desenvolvidas pelas etnias participantes, sendo arco e flecha, corrida de toras, arremesso de lanças, cabo de força, corridas – velocidade (100m) e 4 x 100m, jikunahati (cabeçabol), tidimore, futebol (masculino e feminino). As palestras abordaram vários temas, entre os quais a atual política indigenista, gestão territorial e ambiental e a PEC 215.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Romoaldo Junior (PMDB), garantiu apoio ao evento por ter a certeza que essa iniciativa servirá como elo entre os povos indígenas.

Durante a realização dos jogos foram apresentadas as tradições, como línguas (idiomas), costumes, manifestações culturais (cantos, danças, pinturas corporais e outros), artesanatos e os esportes tradicionais, dos povos Paresi-Haliti – que abrange os municípios de Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Sapezal, Nova Lacerda e Conquista D'Oeste; Manoky (Irantche) – que abrange o município de Brasnorte; Enawenê-Nawê – que abrange o município de Juína; Nhambikwara – que

abrange os municípios de Sapezal e Comodoro; Umutina – que abrange o município de Barra do Bugres; Rikbatsa – que abrange o município de Juína; Xavante – que abrange o município de Barra dos Garças e os Bakairi – dos municípios de Nobres e Paranatinga.

A intenção é levar o etnoturismo, e, consequentemente, a alta sustentabilidade econômica através das diversas atividades esportivas e culturais do povo Haliti e de outras sete etnias convidadas. Os povos indígenas participantes do evento, habitantes da região e descendentes do tronco linguístico Aruak, participaram no evento com sete etnias de diversas regiões do Estado de Mato Grosso.

AL aprecia projetos e propõe estudo para estadualização de rodovias



Foto - Demóstenes Milhomem

Thiara Raquel Prado

A Comissão de Infraestrutura Urbana e Transporte (Ciut) da Assembleia Legislativa realizou, na semana passada, a 2ª reunião ordinária do grupo. Ao todo, foram seis projetos de lei apreciados e aprovados. A estadualização de rodovias foi discutida pelos membros, e, segundo o presidente da Ciut, deputado Sebastião Rezende (PR), a comissão levará ao entendimento do colegiado a necessidade de estudar em conjunto com o Poder Executivo a viabilidade de estadualização de algumas estradas no Estado.

“Temos várias estradas que cortam os municípios, porém esses municípios não possuem condições de prestar manutenção nas estradas. Por esse motivo, vamos buscar apoio no governo, no sentido de analisar o número de estradas que podem ser estadualizada”, expli-

cou Rezende, ao apontar que na Assembleia Legislativa o montante de projetos apresentados e aprovados com esse objetivo (estadualização) é grande, mas na maioria das vezes são vetados pelo governo.

O deputado Pedro Satélite (PSD) propôs que o Parlamento busque junto a bancada federal apoio para que o Governo Federal crie o programa “Ponte para Todos” nos moldes do “Luz para Todos”, devido a falta de recursos para investir na construção de pontes.

“Municípios como Apicás, por exemplo, têm pontes de madeiras em situação precária e quando caem, na maioria das vezes, são os produtores rurais quem fazem os reparos. Além disso, a construção de pontes de concreto é mais viável por conta da durabilidade e das condições de tráfego e a segurança daqueles que a utilizam”.

Dilmar Dal’Bosco (DEM) defendeu o projeto que trata sobre implantação da política de mobilidade sustentável e incentivo ao uso de bicicleta. “É uma iniciativa que vale ser destacada, entretanto para que haja a implantação do projeto é preciso primeiramente ter educação no trânsito. Hoje, qualquer ciclista está sujeito a sofrer um acidente de trânsito pela falta de respeito nas vias públicas”, disse Dilmar, ao apontar que em Tangará da Serra os motoristas já têm a consciência de dar a preferência a pedestres e ciclistas. Estados, como São Paulo, já possui uma legislação com esse fim.

A proposta, que é de autoria do deputado Romoaldo Júnior (PMDB), tem como objetivo priorizar os meios de transportes não motorizados e promover a melhoria do meio ambiente, trânsito e saúde.

Adalto quer campanha de prevenção contra o mormo em MT



Foto - Fablício Rodrigues

Thiara Raquel Prado

O deputado Adalto de Freitas, do Solidariedade, propôs aos órgãos ligados à pecuária (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar- Sedraf e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agropecuário-Indea) a necessidade urgente de se realizar campanhas de prevenção e combate ao mormo, doença identificada em equinos. Adalto justifica que muitos criadores de equinos não têm conhecimento sobre a doença e, inclusive, não têm condições de realizar o exame por ter um alto custo.

“Para o criador pagar pelo exame fica inviável, uma vez que o valor é quase o valor do animal”, questiona o parlamentar, ao sugerir ao

Indea a implantação de laboratório itinerante para fazer gratuitamente, ou por um valor mais acessível, esse tipo de exame em municípios onde concentram propriedades com criação de equinos.

Recentemente, o Indea emitiu comunicado a todas as unidades no Estado para que só liberem eventos agropecuários que gerem aglomeração de equídeos mediante apresentação de exames negativos para a enfermidade. O trânsito de animais para fora do Estado está condicionado à apresentação de diagnóstico comprovando a não existência da doença.

“Da mesma forma que há campanhas de febre aftosa, pode se criar a campanha contra o mormo. O estado não pode ficar refém de uma possível epidemia. É prevenindo que

consequiremos manter a boa saúde tanto do animal quanto do homem”, defende.

O mormo é uma doença silenciosa que atinge cavalos. O número de casos vem aumentando no Brasil. Para identificar a doença nos animais dois exames são recomendados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O período de incubação da doença varia de um a 14 dias e pode ser representar riscos à saúde do ser humano.

Dados – Antes, essa doença só foi registrada no nordeste agora também atinge Estados no Norte, Centro Oeste e no Sudeste. O número de casos vem crescendo. Em 2012, foram 76; no ano passado, 114 e em Mato Grosso dois casos foram confirmados em Nova Lacerda e Pocolândia.

Projeto de Malheiros prevê destinação de embalagens plásticas



Foto - Mario Friedlander

Cláudia Campello

O Projeto de Lei 127, do deputado João Malheiros (PR), que dispõe sobre a reciclagem e destinação de embalagens plásticas e similares deve voltar a apreciação da Assembleia Legislativa ainda este ano.

Após vários debates com segmentos da classe empresarial, sociedade e ampla discussão nos comitês sobre meio ambiente, o caráter da lei estabelece um prazo de seis meses, a partir da aprovação da nova lei, para que as empresas recolham 30% das embalagens comercializadas, passando para 50% em 18 meses e 75% em 36 meses.

Estipulado ainda no projeto de Malheiros que 10% dos recursos financeiros utilizados por empresas em veiculação publicitária deverá ser destinado à divulgação de mensagens

educativas ao meio ambiente, com a finalidade de combater e estimular a coleta das embalagens plásticas visando assim à educação ambiental e sua reciclagem.

Segundo dados da Associação Brasileira de Embalagens Pet (Abepet), em Mato Grosso são comercializadas mensalmente cerca de 600 toneladas de garrafas plásticas e embalagens similares. O número pede uma reflexão sobre os danos que essas embalagens estão causando aos nossos rios, principalmente aos que deságuam no Pantanal. "Essas embalagens plásticas e similares constituem uma das principais fontes de poluição de nossos mananciais hídricos. Garrafa plástica jogada na rua vai parar no rio assim que cai a primeira chuva, causando, inclusive, riscos à população, frequentemente exposta às enchentes ocasionadas pelo assoreamento", pontuou o deputado.

Realidade – O aumento da demanda por embalagens plásticas, segundo o Compromisso Empresarial Para Reciclagem (Cempre) é de 10% ao ano. Por isso, o dano ambiental causado a natureza é imensurável.

Malheiros acredita que mais do que leis rígidas que inibam o desmatamento, assoreamento e poluição, é preciso despertar a consciência da população para a preservação do meio ambiente. Apenas Cuiabá e Várzea Grande, por exemplo, depositam todos os dias mais de 35 toneladas de lixo e 800 mil litros de esgoto doméstico e industrial em nossos rios. "Hoje, o nosso velho rio Cuiabá se divide em fonte de lazer e turismo, gerador de energia, principal fonte de água potável para Cuiabá e Várzea Grande, e, infelizmente, depósito de lixo e canal de esgoto. Isso tem que ser revertido e com urgência", concluiu Malheiros.

Deucimar quer revitalização do parque estadual na Capital



Foto - Widson Maradona

Thiara Raquel Prado

O deputado Deucimar Silva (PP) solicitou do Governo do Estado a revitalização do Parque Zé Bolo Flô, localizado no bairro Coxipó da Ponte, em Cuiabá. Segundo o parlamentar, o espaço que servia de lazer para a população, está abandonado e sem iluminação.

“É um espaço histórico da nossa cidade e muita gente deixa de utilizar para prática de atividades físicas por conta da insegurança,

causada pela falta de infraestrutura”, explica Deucimar. A proposta é que seja implantada iluminação ao longo dos quatro mil metros da pista de caminhada, bancos e equipamentos de academia ao ar livre.

O parque é administrado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e é uma área de preservação ambiental urbana, aberta ao público para visitação, prática de esportes e lazer, sendo destinada ainda para a difusão da educação ambiental, onde se pratica a conser-

vação da biodiversidade da flora e da fauna.

O nome é uma homenagem ao poeta popular José Inácio da Silva – Zé Bolo Flô, um cuiabano que perambulou solitário ao longo da vida, pelos bares e ruas da Capital mato-grossense, entre as décadas de 60 e 70. Durante a vida fez muitos amigos e admiradores tendo sido eleito na época como um dos maiores compositores cuiabanos.

Ele se orgulhava em dizer que na infância jogava peteca e iô-iô, na terra de Dom Aquino.

Parlamentares vistoriam obras no Complexo da Salgadeira



Foto - Vilson de Jesus

Itimara Figueiredo

A Comissão de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Minerais da Assembleia Legislativa vai analisar o projeto de revitalização do Complexo Turístico da Salgadeira. O objetivo é acompanhar a execução e recomendar alternativas que atendam às expectativas dos visitantes no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães.

A afirmação foi dada pelo presidente da Comissão de Meio Ambiente, deputado Dilmar Dal’Bosco (DEM), que vistoriou as obras que estão sendo executadas pelo Consórcio Salgadeira e lamentou a demora na execução do projeto, já que o local poderia contribuir para fomentar o turismo na região no período da Copa do Mundo, quando Cuiabá receberá milhares de torcedores.

Acompanhado da deputada Teté Bezerra (PMDB), que esteve à frente da Secretaria de Estado de Turismo (Sedtur), ambos observaram a necessidade de oferecer estacionamento arborizado, ação que não está prevista no projeto original para os sete mil metros quadrados exclusivos para esse fim.

Também destacaram a necessidade de se

buscar alternativas que contemplem a população com a permissão de banhos nas cachoeiras e riachos. Dilmar explicou que, por muitos anos, a Salgadeira foi um dos principais pontos turísticos frequentados por inúmeras famílias, que tinham o local como única área de lazer. Disse que é importante fazer os estudos sobre o impacto ambiental e, conseqüentemente, às adequações necessárias para oferecer lazer com foco no turismo sustentável.

Satisfeito com o andamento da obra, Dilmar disse que a comissão quer contribuir. “Saio convencido de que a Assembleia Legislativa também pode ajudar nesse projeto e trazer melhorias para a área de Turismo. Sabemos a importância da Salgadeira e temos que dar alternativas ao povo para que possa voltar a frequentar o local, principalmente nos fins de semana, e contemplar as belezas naturais que o complexo oferece”, afirmou, ao garantir a continuação da fiscalização.

Domingos Meneses Figueira Moussalem, diretor do Consórcio Salgadeira, que é formado pelas empresas Farol Empreendimentos e Participações e a Ypenge Projetos Florestais, explicou que o projeto engloba a reforma do

restaurante, com espaço para lojas, centro de visitação e a construção de três mirantes. A primeira parte já está pronta com o plantio de 3.950 mudas de árvores nativas, para a recuperação da área degradada. Ação que atende ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC).

Em nível nacional – Já a parte de construção civil deverá ser concluída em setembro deste ano. Mas, a conclusão total deverá ocorrer em julho de 2015. “Vai ficar belíssimo e resgatar o tradicional ponto turístico da região”, disse Teté Bezerra, ao destacar as ações que estão sendo feitas em parques, como Fernando de Noronha (PE) e Foz do Iguaçu (PR), que mostram a possibilidade de aliar a proteção ambiental com a atração de turistas.

Entre as modificações está a demolição de construções irregulares e a construção de trilhas suspensas para os visitantes. O objetivo é contemplar a natureza sem agredir o solo dos 72 mil metros quadrados que compõem a Salgadeira. Também estiveram presentes na vistoria o engenheiro responsável pela obra, André Luís Lima Secchi, e o coordenador da Prodestur, Reinaldo Vaz Guimarães.

Planejamento Estratégico dá curso de capacitação para o trânsito



Foto - Fablício Rodrigues

Elzis Carvalho

A Superintendência de Planejamento Estratégico da Assembleia Legislativa abriu as inscrições para o curso de capacitação e atualização na área de trânsito. O curso será realizado de 21 a 25 de julho. O evento é direcionado para os servidores e dependentes. As aulas serão ministradas no período vespertino, das 13 às 17 horas, na sala dois da Escola do Legislativo, do Poder Legislativo.

Consta na ficha de inscrição, como requisito para participar do curso, ser servidor da Casa

de Leis, dependentes e ainda ser habilitado à condução de veículos automotores. De acordo com o responsável pelo programa, Eziarone Moreira dos Santos, as inscrições começaram na semana passada e vão até a véspera do início do curso. A inscrição é feita por meio de ficha e no ato de fazê-la o participante tem que apresentar cópia do CPF.

“As aulas do curso serão dadas por representantes do Departamento Estadual de Trânsito (Detran). É importante que os servidores e dependentes façam a reciclagem para renovação da Carteira Nacional de Habilitação.

Os participantes terão uma carga horária de vinte horas-aula. No final, cada um dos participantes receberá um certificado, informando que estão aptos a renovar a CNH”, disse Eziarone dos Santos.

A coordenação do curso está distribuindo a ficha de inscrição para os servidores, em cada um dos setores administrativos da Assembleia e dos 24 gabinetes dos deputados. Aqueles que se interessarem pelo curso pode ligar para o telefone (650 3313 6282). O curso será feito por módulo.

Processo Legislativo é ferramenta imprescindível de servidor público



Foto - Fablício Rodrigues

Sid Carneiro

“O Processo Legislativo deve ser exercitado diariamente pelos servidores públicos que atuam junto aos poderes constituídos”. A afirmação é do palestrante Fabiano Cotta, que finalizou o curso de teoria política promovido entre a Assembleia Legislativa e a Escola de Magistratura Mato-grossense. (Emam)

“É essencial o conhecimento teórico desses profissionais na aplicabilidade das atividades nas assessorias parlamentar”, afirmou Fabiano Cotta.

Entre os temas relacionados, o palestrante abordou o Direito Parlamentar e leis autorizativas, sendo a última de uso comum nas gestões municipais e estaduais para a doação de imóveis públicos.

“A matéria é técnica, mas passa pelo pro-

cesso legislativo das casas de leis estaduais e municipais”, afirmou Fabiano Cotta.

Já o Direito Parlamentar trata diretamente do regimento interno dos parlamentos brasileiros que podem sofrer sanções quando não respeitar as normas da Constituição Federal e estaduais.

“Trata-se de uma matéria que deve ser interpretada pelo poder internamente”, afirmou.

Chapada *Fashion* mostra as tendências das cores



Foto - Mario Friedlander

Marcia Raquel

Um show de estilo, moda, beleza e solidariedade. Assim foi a primeira edição do Chapada *Fashion*, realizada na semana passada, em Chapada dos Guimarães. A abertura da primeira noite de festa contou com uma apresentação da orquestra da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), uma das entidades que será beneficiada com a arrecadação do evento.

Em seguida a loja BLM abriu o desfile mostrando o clássico preto e branco. “É uma linha atemporal, seja na coleção primavera verão ou na coleção outono inverno”, ressaltou o produtor do evento Edson Guilherme.

A segunda loja da noite foi a Puro Charme, que apresentou a coleção outono inverno na tendência animal print e no estilo color block, com muito amarelo, azul, verde e vermelho. “Fizemos um mix com a cara da Chapada e acho que deu esse samba maravilhoso que vocês viram”, comemorou Edson Guilherme.

No segundo dia, na quarta-feira, a abertura do evento foi feita pelo Lar das Crianças. Já o desfile ficou por conta das lojas Pimenta Doce e Pink Chick. Na quinta-feira e encerramento do evento, a Associação da Melhor Idade fez uma apresentação e as lojas Eddy Eddy Shop e Ótica Seo Filó apresentaram as roupas.

Durante os três dias a organização do evento recebeu doativos para serem doados às três entidades filantrópicas citadas. Na primeira noite foram arrecadados alimentos não perecíveis. Porém, foram doados agasalhos também. “É uma inclusão social fora do normal. É um projeto lindo, acho que realmente foi plantada uma semente para que possamos fazer anualmente, Chapada hoje é o berço do turismo, da cultura e tem tudo para dar certo”, acrescentou

Edson Guilherme.

Para a primeira-dama de Chapada, Marilene Gomes de Moraes Koberstain, a expectativa é grande. “O evento foi muito interessante, e fizemos tudo com muito carinho e ficou muito lindo”, enfatizou.

A coordenadora da Sala da Mulher da Assembleia Legislativa, Dilair Savi, afirmou a expectativa é que outras cidades sigam o exemplo do Cuiabá *Fashion*, evento que completa 10 anos em 2014 e que inspirou o Chapada *Fashion*. “Que bom que estão seguindo o Cuiabá *Fashion*. Já teve o Várzea *Fashion* e a gente espera que outras cidades entrem nesse clima e façam essa festa, porque, além do espetáculo que você leva para as pessoas, tem o que você arrecada e você faz o bem para as entidades que precisam. Então, sempre podem contar com a Sala da Mulher que nós estaremos dando o nosso apoio incondicional”, garantiu Dilair Savi.

A Sala da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso foi uma das parcerias do Chapada *Fashion*.

Foto - Mario Friedlander

